Cebraspe
Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA PORÃ/MS

CARGO 1: ANALISTA DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

Prova Discursiva

Aplicação: 1º/11/2026

PADRÃO DE RESPOSTA

A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) estabelece normas gerais de licitação e contratação para as administrações públicas, abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo da União, dos estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos municípios, quando no desempenho de função administrativa (art. 1.º, I). Portanto, a lei se aplica, sim, aos órgãos do Poder Legislativo municipal, desde que estejam desempenhando função administrativa.

Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o contratado será responsabilizado administrativamente quando der causa à inexecução parcial do contrato (inciso I do art. 155). No caso concreto apresentado, é aplicável à empresa Alfa a sanção de advertência, aplicada exclusivamente em caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (§2.º do art. 156). Não há necessidade de sanção mais grave porque, no caso concreto, não foram causados grandes danos à administração pública. A sanção de advertência poderá ser aplicada cumulativamente com a multa (§7.º do art. 156), já que esta penalidade se aplica ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na Lei de Licitações e Contratos (§3.º do art. 156). Além disso, conforme o §7.º do art. 156, a multa e a advertência podem ser aplicadas cumulativamente.

Por fim, o princípio que teria sido descumprido, segundo a alegação da empresa Alfa, é o princípio da segregação de funções (art. 5.º, *caput*), que veda a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos (como a de agente da contratação e a de fiscal), vedação essa que visa reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação (art. 7.º, I).

QUESITOS AVALIADOS

Quesito 2.1 – Aplicação da Lei aos órgãos do Poder Legislativo dos municípios
Conceito 0 – Não abordou o quesito ou respondeu, incorretamente, que a Lei é inaplicável.
Conceito 1 – Respondeu corretamente que a Lei se aplica, mas não informou que a aplicação depende do efetivo desempenho de função administrativa.
Conceito 2 – Respondeu corretamente que a Lei se aplica aos órgãos do Poder Legislativo municipal quando no exercício de função administrativa.

Quesito 2.2 – Sanções aplicáveis à contratada no caso concreto
Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Mencionou somente a sanção de advertência ou somente a sanção de multa.
Conceito 2 – Mencionou corretamente a possibilidade de aplicação cumulativa das sanções de advertência e multa.

Quesito 2.3 – Princípio da segregação de funções
Conceito 0 – Não respondeu ou respondeu de forma totalmente equivocada.
Conceito 1 – Citou corretamente o princípio da segregação de funções, mas não o explicou ou o explicou de forma equivocada.
Conceito 2 – Citou corretamente o princípio da segregação de funções e o explicou de forma correta.